

# O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS  
Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano X • Junho/Julho 2008 • Nº 69

## EDITORIAL

### O que nos andam a esconder?

No discurso proferido pelo Presidente da República na cerimónia oficial do Dia de Camões, Portugal e das Comunidades, ressalta o seu apoio incondicional às reformas em curso nas Forças Armadas.

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2008, de 28 de Fev., constata-se que as reformas em curso incidem sobre a reestruturação superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas e a implementação faseada da reforma do sistema de saúde militar.

Quer uma quer outra reforma têm gerado acesa polémica no seio castrense, com a vinda a terreiro de inúmeros oficiais gerais (entre alguns ex-CEM's) criticando a primeira, desmontando os objectivos preconizados, colocando muitas dúvidas quanto à sua eficácia, falando-se nos corredores (por ser mais fácil e não comprometer) de um processo de governamentalização das Forças Armadas. Quanto à segunda começa-se a sentir, por antecipação, os seus efeitos, através de redução orçamental para os Hospitais Militares aos quais está directamente ligada a teoria da "capacidade sobrança" e do aconselhamento feito publicamente por um Chefe Militar para os militares na Reserva e na Reforma recorrerem ao SNS.

Um apoio tão explícito a estas reformas, pensamos, só ser possível por Sua Excelência o Chefe Supremo das Forças Armadas não estar devidamente informado das reais consequências que estas reformas causam aos militares e às Forças Armadas.

Mas, neste período estival e predominantemente de férias, não são só estas matérias que nos geram preocupação, outras há que o Governo vai trabalhando no segredo dos gabinetes e com incidências mais directas e gravosas para o futuro daqueles que abraçaram com denodo e orgulho a carreira das armas para servir Portugal.

Falamos do processo de reestruturação das carreiras e de revisão dos suplementos remuneratórios, do qual nada se conhece mas que vai andando (basta ler com alguma atenção as Grandes Opções do Plano para 2009), ao arpejo das associações socioprofissionais, uma vez mais, contrariando as leis orgânicas n.º 3 e 4 de 2001.

Continua-se, contra os mais elementares conceitos da Condição Militar e à estrutura específica das Forças Armadas, a tentar impor o Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP) aos militares.

O Governo continua a trabalhar a documentação legislativa no sentido de prosseguir a convergência com o regime do Sistema de Segurança Social, do regime de protecção social da Função Pública, alterando a sua regulamentação por forma a obter a mesma disciplina jurídica, quanto ao âmbito material, regras de formação de direitos e atribuição das prestações. Tudo isto pela calada dos gabinetes, sem qualquer informação ou acompanhamento pelos órgãos representativos dos visados.

O que nos andam a esconder?

De bom não é nada, porque se o fosse não o escondiam. Só a nossa vigilância, disponibilidade para lutar pelos nossos direitos pode impedir males maiores. ▲

## UM MILHAR EM DEFESA DA CONDIÇÃO MILITAR



Ler pág. 7

### DESTACÁVEL "LUTAR É O CAMINHO"

Esta edição tem nas suas páginas centrais um destacável que, cortado a meio, possibilita a afixação de dois cartazes.

## Cordão Humano em defesa da saúde militar

# "Não somos capacidade sobran- te"

O Governo pretende concentrar os seis hospitais militares num único para racionalizar recursos e cortar despesas. O hospital único, segundo as intenções do Governo, terá dois pólos, um no Porto outro em Lisboa, sendo este último o Hospital da Força Aérea.

Actualmente, o Hospital da Força Aérea, segundo o seu responsável máximo, está sem condições para responder a todos os militares, aconselhando os militares que se encontram nas situações de Reserva e Reforma a recorrerem ao Serviço Nacional de Saúde.

Em carta dirigida a um Sargento-Chefe reformado o CEMFA esclarece que a "missão primária dos serviços de saúde é assegurar o apoio sanitário ao pessoal empenhado no cumprimento da missão da Força Aérea [...] sendo apenas a **capacidade sobran-  
te** afecta à vertente assistencial" (destaque nosso).

Foi com um misto de estupefacção e revolta que duas centenas de militares participaram, no passado dia 24 de Julho, num "Cordão Humano", junto ao Hospital Militar Principal (fotos).

O sentimento de recusa, em serem as sobras depois de terem prometido a vida pela Pátria, pairava unanimemente nos presentes. Um deles afirmou a "O Sargento": "Não aceito ser capacidade sobran-  
te! Durante a minha vida de militar operacional cumpro com honra e abnegação o meu dever, não aceito agora, quando mais preciso, que o Governo em nome do Estado quebre o seu compromisso". ▲





# 2000 membros da ADFA manifestaram o seu sofrimento e indignação

A ADFA – Associação dos Deficientes das Forças Armadas comemorou 34 anos de existência, no passado dia 14 de Maio. Neste dia tem sido prática realizar-se uma sessão solene para fazer um balanço associativo e dar a conhecer os desafios para o futuro.

Este ano a ADFA não efectuou a tradicional sessão solene mas, em alternativa, manifestou publicamente a sua indignação em virtude da injusta retirada de direitos por parte do Governo de José Sócrates e do não reconhecimento de reparações morais e materiais que os Deficientes das Forças Armadas se sentem com direito por parte do Estado.

A manifestação partiu do Largo da Estrela, junto ao Hospital Militar Principal e dirigiu-se para a Assembleia da República. Contou com a solidariedade e presença de uma representação conjunta da ANS, AOFA e APA.

Em S. Bento, uma delegação da ADFA liderada pelo presidente da Direcção Nacional, José Arruda, entregou ao Presidente da Assembleia da República um documento escrito onde os Deficientes das Forças Armadas dão conta dos motivos da sua indignação.

Deputados do PCP, CDS/PP e BE des-



“

...34 anos após o 25 de Abril e o fim da Guerra Colonial não é compreensível que a Nação não tenha consagrado um quadro legal que garanta a reparação justa e legítima dos que sofreram as consequências de terem sido chamados a cumprir de forma obrigatória o dever da prestação do Serviço Militar e nele se terem deficientado...

”

ceram as escadarias para falar com os dirigentes da ADFA, antes da referida delegação subir as mesmas escadarias para entregar o documento ao Presidente da Assembleia da República.

Afirma a ADFA que 34 anos após o 25 de Abril e o fim da Guerra Colonial não é compreensível que a Nação não tenha consagrado um quadro legal que garanta a reparação justa e legítima dos que sofreram as consequências de terem sido chamados a cumprir de forma obrigatória o dever da prestação do Serviço Militar e nele se terem deficientado. ▲



# O Associativismo

## ESTATUTO DO TRABALHADOR-ESTUDANTE

### "Despacho do Comando de Pessoal do Exército é abusivo..."

Na sequência das petições feitas por vários militares, principalmente sargentos, a Comissão de Defesa Nacional, aprovou um relatório, por unanimidade, no passado dia 1 de Julho.

O relatório foi enviado ao MDN solicitando intervenção urgente a favor dos peticionários e, pela importância que encerra, transcrevemos as suas conclusões:

#### "III – Conclusões

A respeito do objecto das petições em análise, cumpre lembrar que o estatuto do trabalhador-estudante vem regulado nos artigos

79.º a 85.º do Código do Trabalho (aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto) e nos artigos 147.º a 156.º do Regulamento do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, que consagram um conjunto de direitos, nomeadamente dispensa de trabalho, faltas para prestação de provas de avaliação ou um regime específico de marcação de férias.

Por outro lado, o Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de

Dezembro, e alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 320/2007, de 27 de Setembro) prevê a aplicabilidade do estatuto de trabalhador-estudante aos militares a prestar serviço naqueles regimes, embora com as restrições consideradas necessárias ao cumprimento do serviço militar, constantes do artigo 3.º.

Assinala-se, ainda, que as petições não reúnem o número de assinaturas suficiente para que sejam obrigatoriamente apreciadas em Plenário, nem publicadas em DAR – vide n.º 1 do artigo 21.º, alínea a) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 24.º e da alínea a) do artigo n.º 1 do

artigo 26.º do Regime Jurídico de Exercício de Direito de Petição.

É opinião do relator que os peticionários têm razão no que se refere à aplicação da lei aos trabalhadores-estudantes do quadro permanente das Forças Armadas, e consideramos abusivo o despacho da administração dos recursos humanos do comando do pessoal do Exército. O Governo, mais do que pedir um parecer ao conselho consultivo da Procuradoria-Geral, deverá instruir o Exército a aplicar o estatuto de trabalhador-estudante aos militares em causa." ▲

## EXÉRCITO RECONHECE DESIGUALDADE NOS VENCIMENTOS DOS PRIMEIROS-SARGENTOS

Conforme o jornal "O Sargento" noticiou no seu último número, os Primeiros-Sargentos do Exército estavam prejudicados no seu vencimento relativamente aos seus camaradas da Marinha, em flagrante desrespeito pelo previsto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 299/ 97, de 31 de Outubro.

As exposições feitas pelos primeiros-sargentos (e alguns sargentos-ajudantes) do Exército mereceram um despacho de

indeferimento que alegava que a legislação invocada teria caducado!

Por tal não ser verdadeiro, a ANS apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça, sendo a mesma entregue por uma delegação de dirigentes desta associação em 12 de Maio passado.

No seguimento, veio o Exército reconhecer o contrário, isto é, a legislação invocada está em vigor e há a obrigação em pagar o que é devido a estes militares,

ordenando à DAR a elaboração das listas dos sargentos abrangidos para o consequente pagamento, que, ao que sabemos, começou a ser feito no mês de Julho.

Todavia, e segundo apurou o jornal "O Sargento", esse pagamento só foi feito aos camaradas dos 24.º ao 29.º CFS, deixando de fora todos os outros que percebem da necessidade de correcção, ou seja, os do 18.º ao 23.º CFS que, salvo melhor opinião, também têm direito ao di-

ferencial de vencimento.

Continuaremos a averiguar se esta situação reflecte apenas um mero atraso processual e administrativo ou se, pelo contrário e com maior gravidade, oculta uma propositada omissão.

Contactada a ANS, o jornal "O Sargento" foi informado que os militares deverão retomar a via das exposições já que o argumento apresentado para os anteriores indeferimentos afinal não se verificou ser verdadeiro. ▲

# alimenta-se com vitórias

## CONTROLADORES DE TRÁFEGO AÉREO MILITARES Reconhecido o seu Mérito Profissional

O Projecto-Lei n.º 198/X, apresentado pelo Governo, preparava-se para excluir a vertente militar do "Céu Único", através da deturpação do texto da Directiva Comunitária 23/2006/CE que se propunha transpor para o ordenamento jurídico interno. A Força Aérea Portuguesa (FAP), como entidade prestadora de Serviços de Tráfego Aéreo, deveria ter sido formalmente consultada durante a discussão sobre este Projecto-Lei, contudo não o foi!

Foi a luta dos camaradas, ao trazerem à ANS o seu problema, que provocou que, mantendo um diálogo constante com a FAP, em sintonia de posições, procurando junto dos nossos parceiros da EUROMIL informações sobre o estado da transposição desta Directiva nos seus respectivos países, recolhendo a indispensável informação técnica junto dos nossos camaradas, tivesse a ANS conseguido ser ouvida em tempo recorde, por todos os Grupos com repre-

sentação parlamentar sobre esta matéria, conseguindo ainda congregiar as sinergias necessárias para, no debate em Plenário da Assembleia da República no passado dia 9 de Julho, se ter conseguido que todos os Partidos, sem excepção, concordassem na necessidade de alterar o texto do Projecto-Lei, de forma a não excluir os Controladores Aéreos Militares de uma aspiração sua, já tão antiga, nem a própria Força Aérea Portuguesa de prestador de Serviços

de Tráfego Aéreo.

Segundo a ANS, o que se passou no dia 9 de Julho, no Plenário da Assembleia da República, foi um passo decisivo para que os Militares Controladores de Tráfego Aéreo não fiquem discriminados e ainda, que irão acompanhar com expectativa e confiança positivas, o desenrolar dos trabalhos em sede de comissão, durante a discussão na especialidade do documento em apreço. ▲

## CONCENTRAÇÃO EM DEFESA DA CONDIÇÃO MILITAR

No dia 28 de Maio, com o apoio da ANS e da COMIL, realizou-se uma concentração de militares no Largo do Camões, em Lisboa, "Em Defesa da Condição Militar" (fotos).

Durante o período em que decorreu a concentração, os Sargentos das Unidades Militares fora da área da grande Lisboa, permaneceram nas suas unidades, dando assim um carácter nacional a esta iniciativa.

Pela expressão da participação é justo realçar a disponibilidade patenteada pelos Sargentos em unidades como RC6 (Braga), RI19 (Chaves), RI14 (Viseu), CTOE (Lamego), RI13 (Vila Real), EPT (Porto), BA5 (Monte Real), BA11 (Beja), RI3 (Beja), ZMM (Madeira), para citar algumas sobre as quais o jornal "O Sargento" recebeu informação.

Esta iniciativa contou ainda com a solidariedade da APA – Associação dos Praças da Armada, e no final da concentração foi anunciada a realização de um desfile, no dia 4 de Junho, até à Assembleia da República (notícia na pág. 7). ▲



## DIPLOMA LEGISLATIVO RESOLVE INJUSTIÇA

Em finais de Maio do corrente ano, o MDN enviou para apreciação às Associações Profissionais de Militares um projecto de diploma relativo à repristinação do n.º 4 do artigo 7.º da Lei n.º 15/92, de 5 de Agosto (vulgarmente conhecida como "Lei dos Coronéis").

Quatro dezenas de militares serão abrangidos por este diploma vindo assim reposta justiça numa situação que

durava há mais de uma dezena de anos.

Esta flagrante injustiça, é uma das matérias denunciadas no "Relatório ao Incumprimento da Legalidade Democrática", elaborado por uma Comissão de Inquérito nomeada pelas APM's e presidida pelo TGen Silvestre dos Santos (páginas 46 e 47 do referido relatório).

De acordo com o n.º 1 do artigo Único deste diploma, aplica-se aos militares que

passaram à situação de Reserva por força da aplicação do n.º 1 do art. 7.º da Lei n.º 15/92, de 5 de Agosto, e transitaram para a situação de Reforma entre 26 de Junho de 1999 e 3 de Setembro de 2003, sem que tenham completado os 65 anos de idade.

Deste modo, estes militares têm direito à reconstituição das respectivas situações, nos termos do n.º 4 do art. 7.º da citada Lei. ▲



## Cartas ao Director

## Basta!

Não sei a quem me dirigir em particular e como tal dirijo-me a todos os responsáveis por aquilo que se passa connosco, militares na reforma.

- Dirijo-me a si senhor PM porque o considero o principal responsável pelo estado caótico a que chegaram as nossas reformas e os nossos direitos antes adquiridos.

- Dirijo-me a si porque me enganou e a muitas centenas de milhares de portugueses que como eu se iludiram julgando que tinha aparecido alguém que ia olhar por nós e que afinal só nos tira.

- Dirijo-me a si porque se esqueceu daqueles que tudo deram para que houvesse o 25 de Abril e que o senhor esqueceu que se não fossem eles jamais seria PM.

- Dirijo-me a si porque se esqueceu daqueles que tudo deram pela Pátria com prejuízo dos seus familiares que ainda hoje mostram as sequelas daquilo que passaram.

- E dirijo-me a si porque nos faltou ao respeito, porque nos esqueceu, porque nos tratou e trata como aquele papel que é amarrado e lançado no caixote do lixo.

- Sim senhor Primeiro-Ministro, sempre ouvi dizer que os direitos adquiridos jamais seriam perdidos e o que tem feito o seu Governo? Desde os direitos sociais, médicos e medicamentosos e aquilo que vai suceder aos Hospitais militares, o que nos vai restar? Sim, porque nós velhos militares da província também necessitamos de cuidados hospitalares e vimos o nosso poder de compra a ficar pelas ruas da amargura.

- Depois diz V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> que é perseguido pelos comunistas nas suas visitas, mas que vivemos em democracia. Acha que nós, militares reformados, ainda vamos nessa conversa? Mas que raio de democracia é esta em que os mais pobres e desfavorecidos continuam a ser mais prejudicados?

- Depois é gritante o silêncio das hierarquias que nos dá a sensação de se terem servido de nós para atingir os seus objectivos e agora nos abandonaram, talvez acomodados com as suas reformas ou outros cargos na sociedade civil.

- Dirijo-me a todos os senhores deputados, a maior parte deles pequenos e moços ou ainda não nascidos no 25 de Abril, que também se esquecem ou fazem-se esquecidos destes militares que são aqueles que lhe proporcionaram serem eleitos democraticamente, mas que a democracia não é para todos!

- Por último dirijo-me a S. Ex.<sup>a</sup> o Senhor Presidente da República que como Comandante Supremo das Forças Armadas não permita que aqueles que tudo deram pela sua Pátria continuem a ser ostracizados pelo Governo, que parece esperar pelos seis palmos de terra que lhes hão-de ser lançados em cima...

Nós exigimos ser tratados com dignidade e como verdadeiros militares que fomos e nos consideramos!

Olegário Silva, SMOR/Ref  
João Pelicano, SCH/Ref  
Rui Felgueiras, SCH/Ref  
João Sardinha, SMOR/Ref  
Artur Domingues, SMOR/Ref ▲

# A Saúde e as "Urgências"

## - o rato escondido com o rabo de fora...

Em toda a discussão sobre as urgências nunca vi o problema abordado de forma sóbria, isto é, por um lado reorganizam-se serviços de urgência (SU), admitindo-se que eram supérfluos, por outro as populações servidas por esses mesmos SU, peroravam publicamente contra a injustiça e o risco de que eram alvo.

Para se perceber inteiramente o fenómeno do apego das populações às urgências três factos são incontornáveis. Em primeiro lugar, temos – apesar da evolução económica que indubitavelmente aconteceu entre nós – uma população de baixos recursos, criada (mesmo antes do 25 de Abril), com um sistema público de Saúde que, de uma maneira mais ou menos completa, foi o responsável pela saúde em Portugal.

De seguida, é preciso ter em conta que após a revolução vários governos porfiaram por facilitar o acesso à saúde pública da grande maioria dos cidadãos – particularmente pelo desenvolvimento de uma rede de cuidados de saúde primários, extensa e razoavelmente distribuída geograficamente. Temos, e custa-me afirmá-lo aqui, um nível cultural dos mais baixos da Europa e a "compreensão" da saúde liga-se de forma directa ao nível cultural de um povo. Existem mesmo centenas de estudos que ligam os principais índices de saúde a uma maior civilidade de um qualquer grupo – principalmente pelos comportamentos que são capazes de adoptar, preventivos da doença e promotores de saúde.

A polémica surgiu então inevitavelmente. Passámos a ter governos que de forma progressiva degradaram o sistema de cuidados de saúde primários – diminuindo o investimento na prevenção, ao contrário dos países do Norte da Europa, e, não menos importante, tornaram a carreira de "Médico de Família" (ou generalista, como são conhecidos em Inglaterra) absolutamente desinteressante. A "Urgência de Rotina" passou a estar na ordem do dia para a maioria das famílias (...mesmo que só para conseguir uma simples receita) e nalguns hospitais criou-se uma "Urgência Ambulatória", para onde são enviados os pacientes sem situações de verdadeira gravidade.

Alguma coisa – admito eu e qualquer português de bom senso – teria que mudar na saúde, independentemente de um discurso mais ou menos demagógico em torno do deficit orçamental. Nenhum país tem recursos ilimitados e muito menos o nosso, cuja matriz arenosa faz esvaír numa sangria desatada os milhões de euros enviados pela CEE. O padrão actual parece ser a substituição do público pelo privado, quer por grandes unidades centrais, quer por um discreto "franchising", desses mesmos grupos



“

**Passámos a ter governos que de forma progressiva degradaram o sistema de cuidados de saúde primários - diminuindo o investimento na prevenção, ao contrário dos países do Norte da Europa, e, não menos importante, tornaram a carreira de "Médico de Família" (ou generalista, como são conhecidos em Inglaterra) absolutamente desinteressante. A "Urgência de Rotina" passou a estar na ordem do dia para a maioria das famílias (...mesmo que só para conseguir uma simples receita)**

”

privados um pouco por todo o país – particularmente naquelas localidades em que a oferta pública mais se degradou. Acredito que os privados pretendem chegar ao mercado de proximidade na saúde, o da tal "Urgência de Rotina", sem gravidade, mas potencialmente mais lucrativa.

Contudo, nada a meu ver vai resultar em benefício da grande maioria dos portugueses. Não serão os privados a fomentar a prevenção, nem serão eles a fomentar a medicina social a que tem que recorrer quem não tem outra alternativa.

Parece-me, também, que o Estado não vai reduzir muito o deficit, uma vez que, estranhamente, é o Estado que está a pagar, indirectamente, grande parte do movimento clínico de um grande hospital privado recentemente inaugurado em Lisboa, através da ADSE. Isto apesar de as novas "convenções" de médicos individuais ou instituições prestadoras de saúde com aquele organismo estarem, há anos, encerradas e a própria ADSE estar a aguardar uma anunciada reformulação, quiçá encerramento.

As Urgências, acredito firmemente, são apenas o "rabo de fora", do movimento de mudança que já está em marcha. São o elo que falta mudar, para finalmente levar o cidadão às instituições privadas. Não considero (como já referi em crónica anterior) essa mudança inocente, nem mesmo, pelo exposto, benéfica. Queria nesta altura acreditar que todos os homens são bons e que a maior parte dos políticos querem genuinamente servir o país (e não servir-se a si mesmos) em matéria de natureza tão importante. Não consigo. Neste, como noutros assuntos, a verdade é a primeira vítima e o bem comum, esse, apesar da retórica, não parece ser o primum movens das alterações que se avizinham (...).

**LUÍS BRONZE CARVALHO**

Capitão-de-fragata MN  
in "ANAIS do Clube Militar Naval"  
Outubro – Dezembro de 2007

**Nota da Redacção:** O artigo não está reproduzido na íntegra por motivos de racionalização de espaço do nosso jornal, sendo os cortes da inteira responsabilidade da Redacção. O critério utilizado procurou não desvirtuar o pensamento do Autor. ▲

# Um milhar em defesa da condição militar

Cerca de um milhar de militares desfilaram, no passado dia 4 de Junho, em Lisboa, entre o Largo de Camões e a Assembleia da República, em Defesa da Condição Militar, correspondendo ao apelo das ANS, APA e COMIL.

Junto à Assembleia da República os presidentes de Direcção da APA e da ANS, Luís Reis e Lima Coelho, respectivamente, fizeram uma análise circunstanciada da situação vivida pelos militares, principalmente nas áreas da saúde, assistência na doença e carreiras.

Foi, uma vez mais, relacionado pelos intervenientes, o facto de os militares exercerem os seus direitos de cidadania, nomeadamente o de manifestação, não colocando em causa nem a disciplina nem a coesão das Forças Armadas, como claramente aquele desfile demonstrou.

Foi lançado, por isso, ali mesmo, o repto aos deputados da Nação para promoverem uma amnistia a todos os militares alvo de sanção disciplinar por motivos de participação em actividades de âmbito sócio-profissional. ▲

Nas fotos imagens do desfile entre o Largo de Camões e a Assembleia da República



## APM's promovem encontro de militares

# Reafirmada disposição para continuar a lutar

As ASMIR, ANS, AOFA e APA promoveram, no passado dia 9 de Abril, um Encontro de Militares, que decorreu na Casa do Alentejo, em Lisboa.

Com o salão nobre desta prestimosa colectividade completamente cheio de militares, em que se encontrava também uma delegação da ADFA – Associação dos Deficientes das Forças Armadas que pretendeu trazer ao universo de cidadãos ali reunidos a sua solidariedade e dar a conhecer as suas preocupações, as APM's fizeram uma profunda e rigorosa análise às matérias alvo da preocupação dos militares, em que as medidas governativas têm vindo a desqualificar e a pôr em causa a própria Condição Militar, nomeadamente: na assistência na doença; nas carreiras e no sistema retributivo; no complemento de pensão e no Regulamento de Disciplina Militar.

No final do Encontro foi aprovada uma **moção** a enviar aos Órgãos de Soberania, de onde sobressaem os seguintes aspectos:

- Estender os acordos de prestação de serviços celebrados pela ADM às entidades convencionadas da ADSE;

- Determinar o acesso de todos os cônjuges, em igualdade de circunstâncias, aos Hospitais e Centros de Saúde Militares;



- Prorrogar o prazo de opção dos cônjuges beneficiários da ADSE até que fique clarificado o quadro em que essa decisão vai ter lugar;

- Assegurar o atendimento, em tempo útil, dos militares nas situações de reserva e de reforma, nos Hospitais e Centros de Saúde Militares;

- Garantir a comparticipação das despesas de saúde num prazo que não exceda os quinze dias para os casos urgentes e não seja superior aos três meses para os restantes. Para que esse objectivo possa ser alcançado, impõe-se o reforço imediato da ADM com os recursos humanos e materiais indispensáveis, durante o período que for necessário, para recuperação dos atrasos verificados, a par de ver assegurada pelo MDN a cobertura financeira dessa necessidade;

- Adoptar um regime convencionado subordinado às tabelas de referência com comparticipações mais favoráveis (com especial urgência nas áreas da estomatologia e da medicina de reabilitação);

- Criar uma Comissão de Acompanhamento da ADM, com integração das APM;



# QUEM NÃO LUTA JÁ PERDEU!



# LUTAR É O CAMINHO!



QUEM NÃO LUTA JÁ PERDEU!



LUTAR É O CAMINHO!





■ Integrar as **APM** no Conselho Consultivo do IASFA;

■ Concluir a regulamentação da ADM e publicar os novos Estatutos do IASFA;

■ Dotar o IASFA com um "centro de atendimento", com acesso pessoal ou outro, mas fornecendo respostas de qualidade sobre questões apresentadas pelos beneficiários;

■ Assegurar a participação das APM na avaliação externa da actividade desenvolvida pelo IASFA, face às possibilidades dos dispositivos legais em vigor na Administração Pública.

Face à exclusão das APM da participação efectiva nos Grupos de Trabalho (GT) que conduziram à tomada de decisão, em desrespeito claro do estabelecido na Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de Agosto, repudiar o secretismo de que o processo se revestiu, em matérias que, para além de fazerem parte das competências das associações, são de interesse vital para os militares, como sejam:

■ Carreiras – em que, nomeadamente, não se conhecem mecanismos de salvaguarda para direitos e expectativas legítimos;

■ Sistema retributivo e suplementos – em que há enormes preocupações sobre as efectivas justiça e equidade do sistema;

■ Complemento de pensão de reforma – em que se procede à revisão do estabelecido na Lei n.º 25/2000, de 23 de Agosto, com redução do valor do comple-

mento, sem que haja qualquer indício de preocupação com a liquidação da dívida entretanto constituída;

■ Regulamento de Disciplina Militar (RDM) – projecto de diploma em que se procura man-

ter sob a alçada disciplinar o universo de militares fora da efectividade de serviço (na reserva e, por incrível que pareça, na reforma), em claro desrespeito pelos normativos constitucionais, configurando ainda os normativos, no

seu conjunto, uma clara e lamentável sequência da crescente utilização do RDM em matéria do exclusivo foro sócio-profissional, com profundos reflexos nas carreiras dos militares com percursos profissionais exemplares.

▲





# No "Dia da Liberdade" o exercício dos direitos de cidadania na dignificação da condição militar

Respondendo ao apelo da ANS, AOFA e APA, centenas de militares e suas famílias integraram o tradicional desfile popular, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, comemorativo da Revolução do 25 de Abril de 1974.

A "Mancha Branca" constituída pelos militares e suas famílias (que maioritariamente envergavam t-shirts brancas), era encabeçada por uma faixa com os símbolos das associações que formalizaram o apelo, logo seguida por uma outra em que se podia ler "Dignificação da Condição Militar".

Durante a descida da Avenida rumo ao Rossio, os militares foram efusivamente saudados pelos cidadãos anónimos que assistiam ao desfile nos passeios que delimitam a parte central da Avenida da Liberdade, dando uma vez mais prova do respeito e orgulho que sentem pelos seus concidadãos que servem Portugal nas Forças Armadas.

Contra a vontade daqueles que pretendem colocar os militares num gueto, para assim com mais facilidade atacarem as Forças Armadas e a Condição Militar, a resposta dada pelas dezenas de milhar de cidadãos anónimos (do Povo Português) é a prova eloquente de quando os militares se misturam com os cidadãos do povo de onde emanam, com a dignidade com que sempre o fazemos, só nos prestigia e, dessa forma, sai reforçado o prestígio das Forças Armadas.

Dando como adquirido que as liberdades se defendem praticando-as, assim o faremos dia após dia para que Portugal possa gritar bem alto – 25 de Abril Sempre!!! ▲



## Forças Armadas sem a 'lei da rolha'

**Defesa.** Até que ponto oficiais reformados das Forças Armadas têm direito ou são proibidos de dar opinião sobre questões relativas à gestão daquelas é uma questão que este leitor coloca, a favor de um RDM próprio da democracia

Quando um oficial decide queixar-se de um superior tem o dever de lho comunicar antecipadamente. Que um oficial na reforma fique impedido de apreciar a política de defesa diz bem da elevação de alguns espíritos. Do desaparecimento do artigo 2.º do actual Regulamento de Disciplina Militar (RDM), pior ainda – princípios antigos, servindo de partida para formar os oficiais nas grandes linhas orientadoras do seu comportamento de comandantes – atenção pelo subordinado, exemplo que vem de cima, defesa dos seus homens e suas condições de vida – dispensados! Pensar que a disciplina se possa impor por decreto releva bem do tipo de lideranças nas sociedades pós-modernas. Vai ser proibido discutir publicamente o desbaratar de



dinheiros públicos quando o resultado está à vista de todos? Em negócios participados por chefias das Forças Armadas e tutela da Defesa? Como o dispêndio de centenas de milhões de euros na compra da segunda esquadra de F16, para uma Força Aérea incapaz de ter uma a voar integralmente? Como o dispêndio de

quase mil milhões de euros em dois submarinos de utilidade duvidosa, para quase arruinarem a Armada e virem a pesar meio século no Orçamento do Estado? Desde o início da década de 90 e particularmente com o fim do serviço militar obrigatório, urge reorganizar/rentabilizar o existente. Que irresponsabilidade pode ter levado o Exército/Ministério da Defesa Nacional a gastar 2,1 milhões de euros em obras num quartel destinado a ser encerrado (Mafra, 2005)? Ou movimentar altos comandos para a província, medida antifuncional com custos financeiros, e logo os fazer regressar a Lisboa e repetir encargos? A disciplina faz falta? Sim. Particularmente nas chefias – art.º 2.º.

**Barroca Monteiro**

Lisboa

# Missão por Portugal

Com este título feliz, prestando-se a outras reflexões, propôs-se a AOFA realizar uma conferência sobre a temática das missões internacionais, tendo como oradores dois oficiais superiores que comandaram missões deste tipo no Afeganistão e nos Estados Bálticos.

Após contactos com os ramos, estes anuíram em cooperar com a iniciativa; porém a conferência, com este formato, veio a ser inviabilizada por - segundo o presidente do Conselho Nacional daquela associação profissional de militares - pressões do ministro da Defesa Nacional junto dos ramos para se desvincularem e não autorizarem os oradores a participarem como oradores.

Como é lógico, sendo uma iniciativa desta importância, contava também com o apoio da ANS que, em audiências com os grupos parlamentares do PS e do PSD já tinha colocado algumas preocupações relativamente aos objectivos daquelas missões e as consequências operacionais do ambiente e da conjuntura, bastante afastada dos chamados princípios da civilização ocidental e dos códigos de ética com que fomos formados.

Numa daquelas audiências um dos Deputados referiu que se tinha deslocado recentemente ao Afeganistão numa comitiva com outras entidades oficiais e que reconhecia o esforço e o brilho com os nossos soldados têm desempenhado a sua missão, acrescentando que, por vários motivos, as forças da NATO não poderiam sair de lá sem uma vitória militar completa, senão seriam os tais valores ocidentais que ficariam em causa.

Sobre esta resposta do senhor Deputado algumas reflexões:

**Primeiro:** tanto quanto saibamos, em todas as frentes, a vitória militar está conseguida, nomeadamente no Afeganistão e no Kosovo, o que falta conseguir são **soluções de ordem política** que levem aqueles povos a aceitarem as regras que, de fora, lhes querem impor; portanto, do ponto de vista militar as operações estão concluídas com sucesso (palavra na moda nos governos do primeiro-ministro Cavaco Silva). Faltam agora as



soluções políticas e diplomáticas, para a concretização dos seus objectivos políticos, não militares. Esta situação não se deverá eternizar, sob pena de os próprios militares os porem em causa;

**Segundo:** as notícias que vêm a lume sobre os acontecimentos de alguns destes países como, o Kosovo, o Afeganistão e a Guiné Bissau, são de molde a suscitem as maiores preocupações pelas ligações, e mesmo liderança, a redes de produção, distribuição e tráfico de drogas e de órgãos humanos.

Carla Del Ponte, ex-Procuradora Chefe do Tribunal de Haia, escreveu no seu livro "Hunt" que durante a investigação dos crimes cometidos pela Kosovo Liberation Army (KLA) contra sérvios e outras comunidades étnicas, a Procuradoria de Haia tomou conhecimento de que pessoas desaparecidas em 1999 no Kosovo, foram sujeitas a operações cirúrgicas para lhes serem retirados rins e outros órgãos, os quais foram vendidos por contrabandistas em clínicas estrangeiras.

Nesta situação, conta-se naquele docu-

mento, estiveram e foram assassinados centenas de pessoas, especialmente jovens. Alguns, após lhes serem retirados um órgão, foram mantidos como conpentes vivos, para posterior saque ao seu corpo mediante as encomendas, solicitando as vítimas que os matassem para porem fim ao sofrimento atroz.

Um artigo recente num jornal diário de tiragem nacional, entrevistando vários militares que estiveram em comissão no Afeganistão, estes afloram a promiscuidade e a ligação que existe com a produção de papoilas para a droga e a intensidade dos próprios combates. De várias fontes conhece-se a promiscuidade e interesses entre o poder político central, regional e local e o mundo da produção e comércio internacional da droga ali produzida - alguma da qual virá a ser vendida no nosso País, provocando os dramas sociais que todos conhecemos nas famílias onde surgem casos desta natureza.

A mesma imprensa que também nos vai dando conta de a Guiné Bissau se estar a transformar numa placa interna-

cional do comércio de droga entre a América Latina e a Europa, nomeadamente o nosso País, colocando assim em causa a nossa saúde pública e as nossas famílias.

Perante esta realidade, já muitas pessoas se interrogam sobre a importância destas missões para o nosso País à luz da nossa Constituição da República. A esta luz, importante será reflectir sobre a soberania nacional como missão principal das Forças Armadas Portuguesas.

Soberania que ao longo destes anos pós adesão à CEE hoje UE, tem sido alienada a troco de vários milhões para fundos estruturais, de coesão, de formação, de desenvolvimento, etc., estando hoje o País na situação que todos conhecemos, e todos os dados da EUROSTAT infelizmente confirmam, tornando inúteis todos os sacrifícios que nos têm pedido ao longo destes últimos trinta anos.

Como hoje é público e notório já não conseguimos produzir alimentação suficiente para garantirmos a soberania alimentar. Os espaços aéreos e marítimos estão cada vez mais sob a alçada da UE, podendo até virem a ser defendidos por forças europeias. Recentemente, na sequência da paralisação dos camionistas levantou-se a questão sobre a reserva estratégica nacional alimentar e ficou-se a saber que os armazéns da Manutenção Militar foram alienados e hoje tal reserva já não existe por ser da responsabilidade da Europa e não do País - será que a Alemanha, França, Inglaterra, Itália, Espanha deixam assim os seus assuntos de soberania e de salvaguarda da independência por conta alheia?

Provavelmente as intervenções que seriam proferidas naquela iniciativa não abordariam estas questões deste ângulo. Não obstante, deixamo-las para reflexão:

- Que objectivos reais têm as missões que cumprimos fora de portas?
- Qual deverá ser, à luz da Constituição da República Portuguesa, do interesse nacional e da ética inerente à tal civilização ocidental, a Missão por Portugal? ▲

## No mesmo teatro de operações

Constatamos amiúde a situação de, estando no mesmo teatro de operações internacional, com a mesma missão, sermos confrontados com uma aberrante e até mesmo ofensiva desigualdade de tratamento entre as forças envolvidas consoante o seu país de origem. De um modo geral nós, portugueses, apesar de todos os elogios nacionais (vide o discurso de SEJA o Presidente da República no último dia 10 de Junho) e internacionais sobre o elevado e meritório desempenho, somos dos que estamos no fundo da tabela nas retribuições e nas condições socioprofissionais oferecidas.

Os sindicatos de militares suecos, por exemplo, negociam os suplementos de acordo com a perigosidade da missão, e mesmo após a terem iniciado, se estas

forem alteradas voltam a renegociar com o governo as novas tabelas em conformidade com essas alterações. As condições dos tais finlandeses de referência, dos belgas, dos holandeses, dos dinamarqueses, dos irlandeses, etc., são inquestionavelmente superiores. Os mecanismos de diálogo, negociação e consulta existem e funcionam directamente entre a tutela e os representantes dos militares, a favor destes, dos países e das suas forças armadas.

Os preconceitos, o provincianismo e a mediocridade que ainda se vive na nossa sociedade têm-no impedido, impondo indevidamente pesadas sanções disciplinares aos militares que reclamam cá em Portugal, o mesmo tratamento que têm as forças combatentes nos mesmos teatros de operações. Que exigem coisas tão simples e

justas como o Cumprimento da Lei e a Liquidação da Dívida crescente à Família Militar já constituída em mais de 1.000.000.000€.

Por vezes lê-se que sob a mesma bandeira se deve usufruir dos mesmos direitos. Preferimos dizer que no mesmo teatro de operações, sob as bandeiras de vários países aliados para essa missão e esse objectivo, salvaguardando a soberania, os interesses constitucionais e a cultura de cada um deles, devem usufruir dos mesmos direitos.

Parecendo a mesma coisa, de facto, não é! No primeiro caso abre a porta à federação dos países, coisa que não existe até que todos os povos da Europa assim o decidam livremente, usando a liberdade de escolha que defendemos nesses teatros de operações. No segundo caso respeita-se a situ-

ação actual, em que 27 países cooperam em várias áreas, nomeadamente a militar, mantendo a sua independência e soberania de acordo com as suas Constituições próprias.

Eis aqui uma área a necessitar rapidamente de convergência europeia, no sentido de os mais recuados poderem vir a almejar o estatuto e as retribuições dos países de nível mais elevado, ao seu esforço internacional humanitário e de reposição da Paz, como o léxico político oficial costuma frisar. Não podemos só transpor para a legislação interna portuguesa as normas mais lesivas: também aquelas que nos podem favorecer devem ser transpostas com a mesma celeridade e empenhamento. ▲



# 22.º Aniversário do Clube dos Sargentos da FA e Homenagem a Victor Lira

Comemorou-se, no passado dia 13 de Julho de 2008, na FIL, Parque das Nações, em Lisboa, o 22.º Aniversário do Clube dos Sargentos da Força Aérea. Conforme vem sendo prática há vários anos, a par do aniversário do CSFA, homenageia-se um Sargento que pela sua conduta, contributo, actividade, seja merecedor de tal galardão, decidido e atribuído pelos órgãos sociais daquela colectividade sócio-cultural de classe.

Este ano, o homenageado foi o nosso camarada, recentemente falecido, 1SAR/MMA/Ref – 005911-A – Victor Manuel Fernandes Ribas de Lira (já homenageado nas páginas da edição n.º 67 do jornal "O Sargento").

Da intervenção do presidente da Assembleia Geral CSFA, Casimiro, registamos as seguintes passagens:

"O tempo decorrido desde o 25 de Abril de 1974 constitui um dos períodos mais importantes e politicamente mais significativos da História das Forças Armadas Portuguesas e da vida do nosso Povo.

Foi num contexto tão complexo que os sargentos criaram as suas Associações de personalidade jurídica para promoção de actividades cívicas, dignificação social e cultural, com respeito pelos princípios de deontologia profissional.

(...)

O nome do Primeiro-Sargento Victor Lira entrou para sempre na história do Clube dos Sargentos da Força Aérea e das Associações Militares, pelo seu trabalho em prol da dignificação sócio-profissional dos sargentos, pelo seu papel determinante para o progresso do clube.

Para bem compreender o seu carácter, a sua acção, é necessário ter tido o privilégio de ter sido seu companheiro nas tarefas iniciais necessárias à edificação do Clube de Sargentos de Aeronáutica. Nas reuniões de sargentos preparatórias da organização e realização das primeiras comemorações do 31 DE JANEIRO e do 25 DE ABRIL, onde ele foi também pioneiro. Nas reuniões de sargentos fundadores do Projecto da Associação Nacional de Sargentos, construção de que é insigne obreiro inicial.

(...)

Compreendendo o valor do exemplo, nada nos pode encorajar mais do que render homenagem a um dos fundadores do Clube dos Sargentos da Força Aérea que participou activamente no engrandecimento do Movimento Associativo Militar e que pertence à geração de "Sargentos Património Social da Força Aérea", e nenhuma nos parece mais justa do que honrar o Primeiro-Sargento Victor Manuel Fernandes Ribas de Lira com a PASSAROLA DE OURO – símbolo maior do Clube dos Sargentos da Força Aérea, bem como fazer continuar viva a sua memória."

O presidente da Assembleia Geral terminou da seguinte forma a sua intervenção:

"A proposta/sugestão apresentada por um grupo de associados encabeçados pelo associado Armando Francisco

Coelho Parreira, nos termos da alínea g) do número 1, do artigo 5.º do Regulamento Geral, mereceu a melhor atenção por parte da Direcção.

Assim, considerando o disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Regulamento Geral, a Direcção do Clube dos Sargentos da Força Aérea propõe à Digníssima Assembleia Geral que aprove a atribuição, a título póstumo, do

nihilidade para as muitas lutas dos sargentos portugueses, necessárias para exigir condições dignas de vida e de trabalho, e exigir o reconhecimento pela função proficiente dos sargentos nas suas relações profissionais e sociais.

Para nós, a dor de ter perdido um tal amigo não se dissipou ainda.

A independência de carácter, a sinceridade absoluta de espírito, a vivaci-

países, para o associativismo militar, com a certeza de que *'o que nasce, o que se desenvolve, alcança sempre a vitória sobre o que já cumpriu o seu tempo'*.

Mas não basta que nos sargentos de ontem tenha havido e que nos de hoje haja consciência da impossibilidade de se viver como dantes e que se exijam continuamente mudanças benéficas. É necessário continuar a levar à compreensão dos Órgãos Superiores da Administração Pública que não se pode governar como dantes, mas sim, por forma a corresponder aos objectivos da democracia muito querida dos militares.

*...A independência de carácter, a sinceridade absoluta de espírito, a vivacidade das atitudes críticas, a sua força, devia-as Victor Lira à sua certeza de agir, de acordo com as grandes leis da evolução social...*

Relembrando a exemplaridade do Victor Lira, cumpre aos sargentos, aos militares, dar o nosso contributo à vida social do País, com discernimento, em defesa dos interesses próprios enriquecidos de humanidade, à altura das exigências de um tempo que nos é dado viver.

Há valores que, quando integrados à custa do 'suor' do nosso corpo, nunca esqueçamos.

É essa a grande marca da Instituição Militar – quem por ela tenha passado 'a sério' defende com a vida aquilo em que acredita.

Concorde-se ou não com métodos e objectivos, não se pode deixar de sentir enorme respeito por quem escolheu este caminho.

Curvo-me perante a memória do Amigo e, à sua mulher Matilde, quero, queremos garantir não ser apenas a comunidade dos sargentos portugueses, mas também os amigos e todos os que privaram com o Victor Lira, que guardam dele a mais saudosa e grata das recordações.

A homenagem do Clube dos Sargentos da Força Aérea é uma atitude que dignifica mais o CSFA, a Força Aérea e as Forças Armadas, pois são as pessoas que enobrecem as instituições e não o contrário.

Até sempre, descansa em paz, querido Amigo."

Na parte dedicada a intervenções dos associados, e perante a reiterada constatação das dificuldades de adesão de novos sargentos ao clube, expressa pelo presidente da Direcção do CSFA, na intervenção feita por Lima Coelho, este lançou o repto aos órgãos sociais do CSFA, aproveitando a presença de um representante do Clube do Sargento da Armada, e estendendo o repto ao MGen Leça (em representação do General CEMFA) de que se promovam um "Porto de Honra" de "Boas Vindas à Categoria Militar de Sargento", à semelhança daquilo que é prática há vários anos, entre o CSA e a ANS, com resultados que se podem considerar muito positivos. O desafio ficou lançado e foi bem acolhido pelos presentes. ▲



galardão PASSAROLA DE OURO ao associado VICTOR MANUEL FERNANDES RIBAS DE LIRA (entregue à sua viúva) e o título de SÓCIO HON-

dade das atitudes críticas, a sua força, devia-as Victor Lira à sua certeza de agir, através de todas as dificuldades, de acordo com as grandes leis da



Nas fotos, as intervenções de Armando Parreira e Lima Coelho, na homenagem a Victor Lira

ORÁRIO a sua neta Catarina Lira."

A seguir, transcrevemos, na íntegra, a intervenção do associado Armando Parreira:

"À Memória de Victor Lira

"Na sequência de doença, desapareceu do nosso convívio o sargento jubilado Victor Lira, quando ainda Director do Clube dos Sargentos da Força Aérea Portuguesa.

Victor Lira foi nosso companheiro na Força Aérea, no Clube dos Sargentos da Força Aérea e também com a sua dispo-

evolução social. Teve sempre a alma de sargento. Ele estava do lado da vida e do futuro, com as suas próprias preocupações e também com o seu grau de lucidez perante o que vai acontecendo no mundo.

Oxalá o seu papel no associativismo militar assuma uma cada vez maior exemplaridade. A verdade é que a juventude activa e inovadora dos militares deste tempo – por vezes, com flutuações, é certo – orienta-se, cada vez mais, em Portugal e em muitos outros



Lido na IMPRENSA

## Edifícios militares Proposta de Lei prevê alienação

A proposta de lei prevê a alienação de uma centena e meia de edifícios militares e posterior investimento das verbas na «modernização» dos equipamentos militares e no reforço do fundo de pensões.

No relatório sobre a lei, a votar quarta-feira na comissão parlamentar de Defesa, o deputado e ex-militar de Abril Marques Júnior escreveu que «pessoalmente» preferia que os objectivos da lei «não estivessem dependentes do financiamento que resulta da alienação do património».

Por outro lado, adverte que as chefias militares «são significativamente secundarizadas» neste processo.

Segundo o deputado socialista, ao nível do Exército, compete ao Chefe de Estado do Exército (CEME) «a administração patrimonial» do ramo.

«O que implicaria que a disponibilização dependesse de proposta (ou, pelo menos, de parecer favorável) do Chefe do Estado-Maior do ramo a que os imóveis a disponibilizar estejam afectos», lê-se no parecer.

Marques Júnior considerou «urgente encontrar um quadro legal» para regular a venda e a reafecção dos imóveis «de forma a garantir a sua transparência, a sua exequibilidade e os melhores resultados financeiros».

A discussão e votação na especialidade da lei esteve agendada para a passada terça-feira na comissão de Defesa, mas foi adiada para quarta-feira, depois do PCP, Bloco de Esquerda e CDS-PP terem apresentado propostas de alteração.

Retomando um dos pontos polémicos do debate, em Maio - o facto de o Governo não divulgar a lista dos imóveis a vender ou revalorizar - o PCP propõe que a lista de imóveis seja publicada por Decreto-Lei, e não por decreto regulamentar, permitindo o escrutínio do Parlamento.

Além de propor a divulgação da lista de imóveis, em anexo à lei, o CDS-PP propõe igualmente a criação de um fundo patrimonial da Defesa, de modo a agilizar a gestão das verbas geradas pela LPIM.

Na semana passada, o ministro Severiano Teixeira, admitiu ponderar as propostas dos partidos que estiverem «dentro do espírito da lei aprovada pelo Governo».

A Lei de Programação de Infra-estruturas Militares prevê várias fórmulas de gestão de imóveis, entre elas a venda, arrendamento, concessão, parcerias com promotores imobiliários.

As receitas geradas pela lei, cerca de 834 milhões de euros, serão aplicadas na requalificação de infra-estruturas degradadas, construção de novos edifícios para utilização conjunta das Forças Armadas e para a sustentação financeira do Fundo de Pensões.

Segundo o Governo, o Fundo de Pensões das Forças Armadas ficará «estável e capitalizado» com a aplicação desta lei de programação.

in Lusa e SOL, 08JUL08. ▲

## Dia do Combatente e 90.º Aniversário da Batalha de La Lys



No dia 5 de Abril, fim-de-semana que antecedeu a data de 9 de Abril, a Liga de Combatentes e as Associações Congéneres comemoraram na Batalha, junto ao Túmulo do Soldado Desconhecido, o nonagésimo aniversário desta data histórica.

Nestas comemorações estiveram presentes o Bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança, o Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, o Secretário de Estado da Defesa Nacional e Assuntos do Mar, Presidente da Comissão de Defesa, Chefes de Estado Maior dos três Ramos das Forças Armadas, Direcção Central da Liga de Combatentes e inúmeras Associações e Combatentes.

Na Sala do Capítulo, com os Estandartes dos

Núcleos da Liga de Combatentes e das Associações, perante a Guarda de Honra, as entidades, convidados e público ouviram a intervenção do General Rocha Vieira.

Após a sua intervenção, seguiu-se a homenagem aos caídos por Portugal, com a deposição de coroas de flores junto ao Túmulo do Soldado Desconhecido. A ANS fez-se representar por uma delegação constituída por Lima Coelho, Joaquim Pinto Silva e Ricardo Castanheira, que num gesto muito sentido fizeram a deposição de um arranjo de flores.

No final da cerimónia, os convidados reuniram-se para um almoço nas instalações do Regimento de Artilharia n.º 4, em Leiria. ▲



## Actividade ASSOCIATIVA

### Intensa actividade associativa reflecte momento actual

A gravidade do momento que atravessamos fica bem expressa pela intensa actividade associativa desenvolvida pela nossa associação, conforme abaixo, sucintamente se descreve. Contudo, inúmeras reuniões de Órgãos Sociais, de Direcção, de Secretariado ou de Comissões Permanentes dos Ramos (CPR's) ficam por referir.

14MAR – Reunião das direcções das APM's na sede da AOFA. Delegação da ANS composta por L. Coelho, A. Dias, R. Esteves;

24MAR – Audiência com o Conselho de Direcção do IASFA, (TGen Fialho da Rosa e vogais). Delegação da ANS composta por L. Coelho, J. Pereira, L. Bugalhão e R. Esteves;

- Reunião das direcções das APM's na delegação de Lisboa da ASMIR. Delegação da ANS composta por L. Coelho, J. Pereira e L. Bugalhão;

27/28MAR – Reunião de Direcção da EUROMIL em Bona, Alemanha. ANS representada por L. Coelho;

30MAR – Cerimónia de Aniversário da Associação Portuguesa dos Veteranos de Guerra, no Regimento de Cavalaria n.º 6, em Braga. ANS representada por L. Coelho e J. Mota;

02ABR – Reunião das direcções das APM's na sede da APA. Delegação da ANS composta por L. Coelho, D. Pereira, L. Bugalhão e P. Contreiras;

04ABR – Gala Comemorativa dos 25 anos da Associação 25 de Abril no Coliseu dos Recreios, em Lisboa. ANS representada por L. Coelho e A. Martins;

05ABR – Cerimónia do 90.º aniversário da Batalha de La Lys, promovida pela Liga de Combatentes, no Mosteiro da Batalha. ANS representada por L. Coelho, R. Castanheira e J. Pinto Silva;

07ABR – Cerimónia de abertura da 21.ª Reunião da Federação Mundial de Veteranos, promovida pela Liga de Combatentes e ADFA, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa. ANS representada por L. Coelho;

- Reunião das direcções das APM's na sede da AOFA. Delegação da ANS composta por L. Coelho, D. Pereira e L. Bugalhão;

08ABR – Audiência com o Grupo Parlamentar do CDS/PP. Delegação da ANS composta por L. Coelho, D. Pereira e M. Ramos;

09ABR – Encontro de Militares, na Casa do Alentejo, em Lisboa;

10ABR – Audiência com o Grupo Parlamentar do BE. Delegação da ANS composta por L. Coelho e L. Bugalhão;

14ABR – Audiência com o Grupo Parlamentar do PCP. Delegação da ANS composta por L. Coelho, D. Pereira e V. Esteves;

- Assembleia-Geral de Apresentação de Contas, Plano e Orçamento, na sede social da ANS;

17ABR – Audiência com o Grupo Parlamentar do PSD. Delegação da ANS composta por L. Coelho, D. Pereira e P. Contreiras;

- Solidariedade com o Coronel Luís Alves de Fraga. Porto de Honra no café "Martinho da Arcada", em Lisboa;

19ABR – Almoço Comemorativo do 25 de Abril, promovido pelo Clube do Sargento da Armada e realizado na Delegação n.º 1, no Feijó. ANS representada por L. Coelho;

21ABR – Reunião das direcções das APM's na delegação de Lisboa da ASMIR. Delegação da ANS composta por L. Coelho, D. Pereira e L. Bugalhão;

22ABR – Reunião com a Direcção Nacional da ADFA - Associação dos Deficientes das Forças Armadas, na sua sede nacional, ao Lumiar, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L. Coelho e A. Martins;

24/25/26ABR – Presidium da Primavera, da EUROMIL, em Alcobendas/Madrid, Espanha. Delegação da ANS presente e composta por L. Coelho, P. Contreiras, L. Bugalhão e ainda o presidente da Direcção da APA - Associação de Praças da Armada, Luís Reis;

25ABR – Desfile Comemorativo do 34.º Aniversário do 25 de Abril, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, com a participação das ANS, AOFA e APA;

29ABR – Audiência com o Grupo Parlamentar do PS. Delegação da ANS composta por L. Coelho, D. Pereira e L. Bugalhão;

02MAI – Audiência com o Secretário-Geral do PCP. Delegação da ANS composta por L. Coelho, D. Pereira e P. Contreiras;

06MAI – Reunião das direcções das APM's na sede da APA. Delegação da ANS composta por L. Coelho, P. Contreiras, L. Bugalhão e A. Nabais;

07MAI – Reunião com delegados do Exército, na Sede Social do Clube do Sargento da Armada, em Lisboa;

09MAI – Conferência de Imprensa conjunta, ASMIR, ANS, AOFA e APA, junto à Torre de Belém, em Lisboa. As Associações estiveram representadas pelos respectivos presidentes de Direcção;

12MAI – Entrega de queixa na Provedoria de Justiça. Delegação da ANS composta por L. Coelho, D. Pereira e V. Esteves;

- Reunião do "Observatório para a Reforma", na sede da AOFA. Delegação da ANS composta por P. Contreiras, C. Gervásio e V. Ponte;

13MAI – Reunião de Sargentos da área do Entroncamento, na Atalaia. ANS representada por L. Coelho, L. Bugalhão, J. Pinto Silva e M. Pereira;

14MAI – Manifestação promovida pela ADFA – Associação dos Deficientes das Forças Armadas, em Lisboa. Delegação da ANS com dirigentes e associados esteve presente;

15MAI – Reunião com Sargentos da FAP em Beja. ANS representada por L. Coelho;

16MAI – Reunião com delegados em Viseu. Delegação da ANS composta por L. Coelho e P. Contreiras;

- Inauguração de uma exposição de pintura, promovida pela Liga de Combatentes, no Forte do Bom Sucesso, em Belém, ANS representada por A. Jacinto;

17MAI – Reunião de Sargentos



Reunião com a Direcção da ADFA, em 22 de Abril.

Na foto em baixo, Conferência de Imprensa conjunta, ASMIR, ANS, AOFA e APA, junto à Torre de Belém, em Lisboa.



em Lamego. ANS representada por L. Coelho e P. Contreiras;

- Reunião com delegados em Chaves. ANS representada por L. Coelho e P. Contreiras;

- Reunião de Sargentos em Braga. Delegação da ANS composta por L. Coelho, P. Contreiras e J. Mota;

18MAI – Reunião de Sargentos no Porto. ANS representada por L. Coelho, P. Contreiras, J. Leitão e F. Machado;

19MAI – Reunião de Sargentos na Marinha Grande. ANS representada por L. Coelho, P. Contreiras e R. Castanheira;

20MAI – Reunião de Sargentos em Viseu. ANS representada por L. Coelho e A. Nabais;

- Reunião de Sargentos na Voz do Operário, em Lisboa;

21MAI – Reunião com Sargentos do Exército, em Beja. ANS representada por L. Coelho;

26MAI – Reunião de Sargentos em Chaves. ANS representada por L. Coelho e R. Castanheira;

- Reunião de Sargentos em Évora. ANS representada por L. Bugalhão e A. Martins;

28MAI – Concentração de Militares no Largo do Camões, em Lisboa;

04JUN – Presença de L. Coelho no programa "Bom Dia, Portugal", da RTP1;

- Manifestação de Militares, em Lisboa, promovida pela ANS e pela APA;

- Jantar promovido pela AOFA, em Monsanto. ANS representada

por L. Coelho;

10JUN – Cerimónia alusiva ao dia 10 de Junho, junto ao Memorial, em Belém. ANS representada por L. Coelho;

11JUN – Porto de Honra comemorativo do 19.º aniversário da ANS, no café "Martinho da Arcada", em Lisboa. Entrega das assinaturas de um abaixo-assinado ao Coronel Luís Fraga;

14JUN – Espectáculo Musical/Teatro de Revista pela Academia Santo Amaro, em Alcântara, promovido pela APA. ANS representada por L. Coelho, A. Martins e M. Custódio;

23JUN – Cerimónia do Dia do IASFA, no CAS-Porto. ANS representada por L. Coelho e J. Leitão;

24JUN – Realização de um "Cordão Humano na Defesa da Saúde Militar", junto ao Hospital Militar Principal, à Estrela, promovido pelas APA e ANS;

26/27JUN – Reunião de Direcção da EUROMIL, em Berlim, Alemanha. ANS representada por L. Coelho;

27JUN – Cerimónia do Dia do Corpo da Guarda Prisional, no Estabelecimento Prisional de Viseu. ANS representada por J. S. Pereira;

01JUL – Reunião com representantes do Grupo Parlamentar do CDS/PP. Delegação da ANS composta por L. Coelho, P. Contreiras e P. Reis;

- Reunião com representantes do Grupo Parlamentar do PS.

Delegação da ANS composta por L. Coelho, P. Contreiras e P. Reis;

02JUL – Reunião com representantes do Grupo Parlamentar do PCP. Delegação da ANS composta por L. Coelho e P. Contreiras;

07JUL – Reunião com a Direcção da AOFA, na sua sede, em Oeiras. Delegação da ANS composta por L. Coelho, D. Pereira e J. Gonçalves;

08JUL – Reunião com representantes do Grupo Parlamentar do PSD. Delegação da ANS composta por L. Coelho e P. Contreiras;

- Reunião com representantes do Grupo Parlamentar do BE. Delegação da ANS composta por L. Coelho e P. Contreiras;

09JUL – Discussão na Assembleia da República do Projecto de Lei 198/X. Delegação de membros da ANS presente nas galerias do Parlamento;

- Cerimónia comemorativa do 45.º aniversário do Clube Recreativo Vale-Flor, no Feijó. ANS representada por L. Coelho e D. Santos;

12JUL – Cerimónia comemorativa do 7.º aniversário da Delegação de Lisboa da ADFA – Associação dos Deficientes das Forças Armadas. ANS representada por L. Coelho;

13JUL – Cerimónia comemorativa do 22.º aniversário do CSFA - Clube dos Sargentos da Força Aérea, em Lisboa;

15JUL – Reunião com a Direcção da APA, na sua sede, na Ameixoeira, Lisboa. Delegação da ANS composta por L. Coelho, D. Pereira e L. Bugalhão;

18JUL – Reunião com a Direcção da ADFA, na sua sede, ao Lumiar, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L. Coelho, D. Pereira.

À hora do fecho desta edição estavam em preparação diversas iniciativas a realizar durante o período estival. Estavam também em agendamento e preparação reuniões com diversas organizações, com vista ao reforço da luta em prol da qualidade de vida, para todos nós e para as nossas famílias. Destas várias iniciativas e reuniões daremos conta na próxima edição do nosso jornal. ▲

# 97.º Presidium da EUROMIL realizado em Madrid

Cerca de setenta delegados de associações e sindicatos de militares de 22 países europeus, reuniram-se para o 97.º Presidium da EUROMIL, o Presidium da Primavera de 2008, que decorreu na localidade de Alcobendas, periferia de Madrid, em Espanha, nos passados dias 25 e 26 de Abril. O evento foi organizado por proposta e contou com o apoio da AUME (Asociación Unificada de Militares Españoles). As maiores organizações e sindicatos espanhóis representativos de funcionários públicos e das forças de segurança (polícia e guarda-civil), bem como representantes do parlamento espanhol estiveram presentes na cerimónia de abertura para expressar a solidariedade com as associações de militares na sua luta pelo pleno reconhecimento dos dirigentes associativos. De Espanha estava também uma delegação da AMARTE.

Atendendo ao significado e importância que este evento teria para as associações espanholas, e em particular para a AUME, a ANS fez o esforço de estar presente com uma delegação reforçada constituída pelos presidente da Direcção e dois secretários da Direcção, respectivamente Lima Coelho, Paulo Contreiras e Luís Bugalhão. Dada a perspectiva de a APA poder vir a aderir à EUROMIL, integrou a delegação da ANS, a convite, o presidente da Direcção da APA, Luís Reis, que assim estabeleceu contactos e recolheu preciosa informação para o necessário debate interno que a APA fará sobre a EUROMIL. Estava também presente uma delegação da AOFA.

## Cravos Vermelhos na Cerimónia de Abertura

Merece particular destaque o cuidado posto na organização pelos dirigentes da AUME que, atendendo a que a cerimónia de abertura deste evento ocorreu a 25 de Abril, colocaram cravos vermelhos em cada lugar dos delegados e dirigen-



Cravos vermelhos marcaram a cerimónia de abertura do presidium, numa cativante gentileza dos anfitriões, a AUME

tes, bem como fizeram a entrega desta flor simbólica a todos os convidados, homenageando assim de uma forma singela os militares e demais cidadãos portugueses que estavam a comemorar o 34.º aniversário da Revolução de Abril. Este facto serviu de mote para as intervenções da maior parte dos convidados, bem como dos dirigentes que usaram da palavra. O 25 de Abril foi ali também sentidamente comemorado!

## Falta o Direito de Associação em Espanha

A EUROMIL espera que o novo governo espanhol se aperceba da contradição que é, por um lado enviar tropas para o estrangeiro com o objectivo de defender direitos fundamentais, e por outro lado negar direitos fundamentais básicos ao seu pessoal militar. Esta mensagem foi reforçada, durante a cer-

imónia de abertura, pelos representantes dos sindicatos de funcionários públicos espanhóis integrados nas CC.OO e UGT, pelos sindicatos de polícia e guarda-civil CEP e AUGC, bem como pelos membros do parlamento espanhol ali presentes. Afinal, todos esperam que em Espanha seja iniciado um processo de normalização que conduza ao reconhecimento do direito de associação para o pessoal militar por via da aprovação da Lei Orgânica sobre deveres e direitos fundamentais, que se encontra pendente desde 2005.

## HOSZ (Hungria) e PDFORRA (Irlanda) - casos de sucesso associativo

Numa das "workshops" realizadas durante o primeiro dia do Presidium, membros da PDFORRA e da HOSZ apresentaram a história do seu desen-

volvimento, desde as pequenas associações militares que eram no início até à situação que hoje detêm, de associações fortes, absolutamente reconhecidas e verdadeiramente representativas dos respectivos universos. Ambas as associações, salientaram que a necessidade do estabelecimento de parcerias, a consolidação de um sistema de finanças sólido e de recursos humanos competentes bem como uma capacidade de lobby profissionalmente organizada, após a sua criação, estão na base da razão para o seu sucesso, no curto lapso de tempo de cerca de dez anos.

## Esquemas de Vencimentos e Suplementos em Missões Internacionais

Enquanto militares de diferentes países europeus servem cada vez mais lado a lado em operações comuns, os seus vencimentos e esquemas de pagamento são acentuadamente diferentes uns dos outros. Este foi o tema discutido na segunda "workshop" em que o modelo sueco de "Três-Pilares" para pagamento de suplementos extraordinários durante missões no exterior mereceu particular atenção. Este modelo tem em linha de conta diferentes níveis de dureza, risco, dificuldade da missão em comparação com as condições em casa. Prevê igualmente que se faça continuamente a avaliação do nível de ameaça da missão, e que se este se alterar para pior, as condições de pagamento deverão ser renegociadas para que se reflita esta nova realidade.

Foram igualmente abordados e discutidos os esquemas de pagamento praticados na Bélgica, Reino Unido, Finlândia, Holanda, República Checa e Portugal.

Sobre estas duas "workshops", e como vem sendo prática nos últimos eventos organizados pela EUROMIL, serão produzidos documentos de apoio. ▲

## ATENÇÃO SÓCIOS DA ANS

### Escapes para automóveis

Protocolo entre a ANS e a **SIFECA, Peças e Acessórios para Automóveis, Lda.**, para a venda de escapes para automóveis nas seguintes condições: Todas as vendas serão na modalidade de venda a dinheiro, com o **desconto de 30%**.

Esta empresa, fornecedora, entre outros, dos escapes FONOS/WALKER, tem estabelecimentos em:

■ **Entroncamento**, Zona Industrial — Telef. 249 720 059

■ **Lagoa** (Algarve) — Rua Mouzinho de Albuquerque, 3

■ **Vila Nova de Gaia** — Rua Cons. Veloso da Cruz, 81. ●

### Pneus, peças e acessórios

■ Protocolo entre a ANS e a **GraciAuto**, para a venda de **peças e acessórios para automóveis**, nas seguintes condições: vendas a dinheiro, com desconto de **30%**, excepto extras e material de origem.

Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de Sommer, 30 A **Entroncamento**  
Tel: 249 725 649. ●

### Combustíveis CEPSA

Protocolo com a CEPSA Portuguesa, Petróleos S.A., para os sócios da ANS e seus familiares directos. O montante de **0,03 € por litro de qualquer combustível** é descontado directamente no acto do pagamento mediante a apresentação do cartão "*Cepsa Team*". Aos titulares deste cartão assiste também o desconto de **20% em lubrificantes**, para além da acumulação de pontos para obtenção de prémios constantes no Catálogo CEPSA.

Pede aos Delegados da ANS a circular explicativa das condições de adesão. A "**Proposta de Adesão**" tem de ser preenchida para a obtenção do cartão da Cepsa, a qual posteriormente é autenticada pela ANS. Só a ANS pode enviar as propostas à CEPSA para emissão do respectivo cartão.

Os sócios, em especial os que se encontram na situação de reforma ou na reserva, que não receberam a Proposta de Adesão, podem solici-

tá-la ao Delegado da ANS na unidade, ou directamente à ANS. ●

### Medicina dentária

■ Protocolo entre a ANS e a **Lubidente - Centro Médico e Dentário**, em **Queijas**, com descontos de 15% nos tratamentos de Estomatologia, Próteses dentárias, Ortodôncia e outras especialidades. incluindo Análises Clínicas.

Aberto das 8H às 20H, de Segunda a Sexta; Sábado das 10H às 20H (almoço 12H – 14H).

Rua Prof. Noronha Feio, 12-A

Rua João XXI, n.º 9, 1.º Dto.

Tel. 214 160 672 / 919 469 529

E-mail: lubilubidente@yahoo.com.br

http://www.pai.pt/search/lubidente.html ●

### Aluguer de viaturas

Na **Guérin** (rent-a-car) desconto no aluguer de viaturas. As reservas são efectuadas pela ANS. Os associados para usufruírem deste protocolo devem contactar a secretaria da ANS para efectuarem o seu



## Informa-te junto da ANS

pedido. Localização (entre outras localidades): Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Viseu, Castelo Branco, Leiria, Lisboa, Cascais, Setúbal, Évora, Beja, Albufeira, Portimão, Faro, Lagos, Vilamoura, e nos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro e Funchal (informa-te na ANS). ●

### Instrumentos musicais

Descontos na compra de instrumentos musicais de uma vasta gama de marcas. Protocolo com a firma "**O Acorde, Lda.**", na Rua do Frago, 4, em **Évora**, que pratica um desconto em todas as marcas de instrumentos de sopro de 26% nas vendas a pronto a sócios da ANS. Esta firma tem uma loja virtual na internet:

www.portugal@shopping.pt/acorde onde os artigos expostos têm já um desconto de 15%. Nesses artigos os sócios da ANS têm mais 11% de desconto.

### Cursos de Mergulho

Protocolo entre a ANS e HALIOTIS, com condições especiais para sócios da ANS (ver www.haliotis.pt). ● ▲



## XIX ANIVERSÁRIO DA ANS

# Comemoração em luta e solidariedade

A ANS comemorou o seu XIX aniversário com um "Porto de Honra" realizado no café "Martinho da Arcada", em Lisboa, no dia 11 de Junho último, sob o lema "19 Anos de Luta e Solidariedade!".

Na ocasião, Lima Coelho, presidente da Direcção da ANS, fez um balanço sucinto do que foram estes 19 anos, realçando a ideia "para quem não nos dava seis meses de vida em 1989, dezanove anos de existência é obra!". E foram de facto dezanove anos fazendo jus à nossa divisa "QUÃO DIFÍCIL NOS TEMOS MOVIDO".

A luta e a solidariedade estiveram presentes na pessoa do Coronel, na situação de Reforma, Luís Alves de Fraga, alvo de um processo disciplinar mandado instaurar pelo actual CEMFA, na sequência de comentários no seu "blog", a uma carta do Sargento-Chefe, na situação de Reforma, Carlos Nuno (transcrita no último número de "O Sargento").

### ASSINATURAS ENTREGUES AO CORONEL ALVES DE FRAGA

Na sequência deste processo disciplinar, a ANS promoveu um conjunto de acções de solidariedade em que se destacam um "Porto de Honra", a 17 de Abril (fotos em baixo), e um abaixo-assinado solicitando o arquivamento do processo.

Durante o período de recolha das assinaturas, o processo disciplinar foi entretanto arquivado, tendo os



promotores do abaixo-assinado – ANS e COMIL – decidido fazer a entrega das 853 assinaturas recolhidas ao Coronel Fraga, num acto singelo mas carregado de simbolismo e emoção (foto ao lado).

### ANS VAI A VOTOS NO INÍCIO DO PRÓXIMO ANO

Durante a sua intervenção, Lima Coelho lembrou que, no início do próximo ano, a ANS entra em período eleitoral para o mandato do biénio 2009/2010, apelando aos associados o seu empenho democrático em todo este processo, vital na vida da nossa associação. ▲